

Legislação não prevê seguro para deputados

Maioria dos deputados abre mão de benefício

Sem encontrar amparo legal para benefício, Assembléia já admite rever o novo contrato

GABRIELA RÖLKE

Apesar de ter fechado, na semana passada, um novo contrato que garante um seguro de vida no valor de R\$ 190 mil para cada um dos 30 deputados estaduais da ativa, a Assembléia não sabe se a concessão do benefício tem amparo legal. O Legislativo deve gastar, por ano, R\$ 151 mil com o pagamento do seguro para esses parlamentares.

O presidente da Assembléia, Cláudio Vereza (PT), confirmou ontem que a Mesa Diretora, com auxílio da Procuradoria Geral da Casa, está pesquisando para ver se há uma lei que determina o pagamento do seguro. Ele admite a possibilidade de suspender o benefício.

“Estamos tentando verificar a existência de algum documento que determine o pagamento desse benefício. Até agora não encontramos, mas pode ser que haja um ato de alguma Mesa Diretora anterior, ou até mesmo um projeto de lei”, disse.

Suspensão

Na sexta-feira, Vereza anunciou que o contrato anterior com a AGF Brasil de Seguros, no valor de R\$ 2,36 milhões por ano, foi substituído por um contrato emergencial de 6 meses com a Executivos Seguros S/A. Ele disse, na ocasião, que o contrato com a AGF foi “superfaturado”, e que a troca de seguradora representou para a



Carlos Alberto da Silva

Análise

Pesquisa feita pelo presidente da Assembléia, Cláudio Vereza, aponta que só os deputados aposentados e pensionistas teriam direito ao seguro de vida

Casa uma economia de 77%.

Na ocasião, Vereza citou a lei estadual 3.603/83 para justificar o pagamento do benefício para deputados aposentados e da ativa. A reportagem de A GAZETA apurou, no entanto, que essa lei prevê a concessão do seguro apenas para associados, beneficiários e pensionistas do extinto Instituto de Previdência dos Deputados (IPDE).

Vereza afirmou, no entanto, que se não houver amparo legal para o pagamento do benefício, um novo contrato será feito, apenas com os beneficiários do IPDE. “O que fizemos foi apenas um processo de transferência de apólice coletiva. Continuamos a pagar um benefício que já vinha sendo concedido há algum tempo. Se constatarmos que ele é ilegal, vamos in-

vestigar, junto à seguradora, quem foi que determinou a inclusão, na apólice coletiva, dos deputados em exercício”, disse.

Custos

O diretor-geral da Casa, João Luiz Paste, confirmou que a Assembléia fez um novo contrato com a Executivos Seguros para reduzir custos. “Vamos economizar por ano R\$ 1,8 milhão. Para o novo contrato, utilizamos a relação com os nomes dos deputados que eram segurados pela AGF. Mas a qualquer momento poderemos fazer os ajustes que o plenário deliberar ou que a Mesa Diretora determinar”. Ele esclareceu, no entanto, que a primeira parcela do novo contrato ainda não foi paga.

Paste disse ainda que já pediu informações sobre a

execução do contrato anterior, que foi cancelado. “Estou aguardando uma resposta da AGF para entender com o seguro funcionava”, disse.

Segundo o diretor, a qualquer momento o grupo de 110 beneficiários do seguro – 80 pensionistas do IPDE e 30 deputados em exercício – pode ser revisto. Ele esclareceu ainda que, se a variação no número de componentes do contrato coletivo for superior a 15%, um novo contrato pode ser elaborado.

O procurador-geral da Casa, Sandoval Zigoni Júnior, disse que, “em função da substituição da apólice de seguro ter sido feita em caráter emergencial”, o novo contrato foi firmado “nos mesmos moldes do anterior”. “Mas estamos estudando o caso”, explicou.

Os protestos contra o seguro de vida dos deputados foram a tônica da sessão de ontem na Assembléia Legislativa. A maioria dos parlamentares – integrantes das bancadas do PTB, PSDB e PT –, questionou o pagamento do seguro e garantiu que vai pedir para ser desvinculado da apólice coletiva que garante o benefício.

A deputada Brice Bragato (PT), que havia anunciado que a bancada do PT vai enviar um projeto de lei que propõe a revogação do seguro, chegou a propor uma ação coletiva para pedir o fim do benefício. “Desse forma, a iniciativa para acabar com essa vantagem passa a ser de todos os deputados, e

não só da nossa bancada”.

O deputado Marcelo Santos (PTB), por sua vez, questionou o fato de a Mesa Diretora ter fechado, na semana passada, um novo contrato, com a Executivos Seguros S/A, que garante o benefício. “Estamos segurados e nem sabíamos que tínhamos essa vantagem. A Mesa deveria ter nos consultado antes de fechar o contrato. Não fomos ouvidos e não vamos concordar com a manutenção dessa vantagem”, disse.

O deputado Reginaldo Almeida (PP) fez coro com Santos e disse ainda que ficou sabendo do benefício pela imprensa, apesar de não ter assinado nenhuma apólice e de não ter indicado seus beneficiários.

AL regulamenta cotas de gabinete

A Mesa Diretora da Assembléia regulamentou na última quarta-feira as cotas mensais de correspondência, telefonia e xerox a que cada deputado tem direito. Pela regulamentação, publicada no Diário do Poder Legislativo, a soma das cotas não pode ultrapassar 25% do subsídio dos deputados, que é de R\$ 9,5 mil.

Para a correspondência, cada parlamentar tem direito, por mês, a 10% do salário, ou seja, a R\$ 950. Para serviços de postagem, o valor é de até 11% do vencimento, o que equivale a cerca de R\$ 1 mil. Já para despesas com xerox, a cota é de R\$ 380, o que, de acordo

com o diretor-geral da Casa, João Luiz Paste, corresponde a cerca de quatro mil cópias, feitas no setor de reprografia do Legislativo. Ele informou ainda que não há a possibilidade de essas cotas serem convertidas em espécie para serem repassadas aos deputados.

No mesmo dia também foram regulamentadas a cota de combustível para os deputados – cada um poderá utilizar, por conta da Casa, 400 litros por mês – e as diárias e ajudas de custo para os parlamentares, que serão pagas somente se os deputados apresentarem notas fiscais que comprovem as despesas com deslocamento.